

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	18
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	47
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	273.725
Preferenciais	0
Total	273.725
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	1.195.227	1.096.217
1.01	Ativo Circulante	157.184	106.533
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	80.681	39.964
1.01.02	Aplicações Financeiras	54.506	47.864
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	54.506	47.864
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	54.506	47.864
1.01.03	Contas a Receber	16.403	14.398
1.01.03.01	Clientes	16.403	14.398
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.225	1.100
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.225	1.100
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.828	1.306
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.541	1.901
1.01.08.03	Outros	2.541	1.901
1.01.08.03.01	Outros créditos	2.509	1.894
1.01.08.03.02	Créditos com Partes Relacionadas	32	7
1.02	Ativo Não Circulante	1.038.043	989.684
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.041	12.907
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.041	12.907
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	3.041	2.714
1.02.01.09.04	Títulos e Valores Mobiliários	0	10.193
1.02.03	Imobilizado	23.061	26.522
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	23.061	26.522
1.02.04	Intangível	1.011.941	950.255
1.02.04.01	Intangíveis	1.011.941	950.255

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	1.195.227	1.096.217
2.01	Passivo Circulante	109.596	99.994
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.370	2.805
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.370	2.805
2.01.02	Fornecedores	10.604	14.925
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	10.604	14.925
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.575	3.049
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.575	3.049
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	2.575	3.049
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	63.896	55.023
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	26.162	21.250
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	26.162	21.250
2.01.04.02	Debêntures	37.734	33.773
2.01.05	Outras Obrigações	18.729	14.673
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.009	745
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	2.824	665
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	185	80
2.01.05.02	Outros	15.720	13.928
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	8.269	8.269
2.01.05.02.04	Obrigações com o poder concedente	320	324
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	7.131	5.335
2.01.06	Provisões	10.422	9.519
2.01.06.02	Outras Provisões	10.422	9.519
2.01.06.02.04	Provisão para construção de obras futuras	7.896	9.519
2.01.06.02.06	Provisão para manutenção	2.526	0
2.02	Passivo Não Circulante	750.900	706.728
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	615.334	576.058
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	209.612	176.647
2.02.01.02	Debêntures	405.722	399.411
2.02.02	Outras Obrigações	93.802	97.117
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	93.802	87.313
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	93.802	87.313
2.02.02.02	Outros	0	9.804
2.02.02.02.03	Outras Contas a pagar	0	9.804
2.02.03	Tributos Diferidos	20.050	19.730
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	20.050	19.730
2.02.04	Provisões	21.714	13.823
2.02.04.02	Outras Provisões	21.714	13.823
2.02.04.02.05	Provisões para manutenção	17.862	10.373
2.02.04.02.06	Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	3.852	3.450
2.03	Patrimônio Líquido	334.731	289.495
2.03.01	Capital Social Realizado	273.725	228.725
2.03.01.01	Subscrito	273.725	228.725
2.03.02	Reservas de Capital	233	161
2.03.02.07	Plano de Opção com Base em Ações	233	161
2.03.04	Reservas de Lucros	60.609	60.609

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.03.04.01	Reserva Legal	4.191	4.191
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	56.418	56.418
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	164	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	89.270	255.397	110.599	279.167
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-61.222	-174.925	-73.620	-178.687
3.03	Resultado Bruto	28.048	80.472	36.979	100.480
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.460	-17.338	-3.714	-11.100
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.461	-17.353	-3.715	-11.100
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1	15	1	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	24.588	63.134	33.265	89.380
3.06	Resultado Financeiro	-16.855	-62.650	-14.456	-54.573
3.06.01	Receitas Financeiras	3.008	7.460	1.847	5.212
3.06.02	Despesas Financeiras	-19.863	-70.110	-16.303	-59.785
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	7.733	484	18.809	34.807
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.690	-320	-5.681	-9.589
3.08.01	Corrente	0	0	-2.607	-2.598
3.08.02	Diferido	-2.690	-320	-3.074	-6.991
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	5.043	164	13.128	25.218
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	5.043	164	13.128	25.218
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,02203	0,00072	0,06818	0,13098

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	5.043	164	13.128	25.218
4.03	Resultado Abrangente do Período	5.043	164	13.128	25.218

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	88.980	114.180
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	104.891	112.857
6.01.01.01	Lucro Líquido	164	25.218
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	29.729	18.971
6.01.01.03	Perda/Baixa do ativo imobilizado e do intangível	39	0
6.01.01.04	Encargos financeiros e var monetária s/financiamentos, empréstimos e debêntures	61.223	53.366
6.01.01.05	Constituição de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	1.117	3.342
6.01.01.06	Atualização monetária de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	164	42
6.01.01.07	Receita sobre títulos e valores mobiliários	-5.401	-3.015
6.01.01.08	Juros sobre contrato de mútuo	7.635	5.295
6.01.01.09	Plano de opção com base em ações	72	38
6.01.01.10	Tributos diferidos	320	6.991
6.01.01.11	Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD	-174	8
6.01.01.12	Levantamento dos depósitos judiciais	202	4
6.01.01.13	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-212	-139
6.01.01.14	Constituição de provisão para manutenção e construção de obras futuras	9.445	2.166
6.01.01.15	Atualização monetária sobre provisão para manutenção e construção de obras futuras	570	570
6.01.01.16	Capitalização de Juros	-2	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-15.911	1.323
6.01.02.01	Clientes	-1.831	-1.270
6.01.02.02	Despesas antecipadas	-522	-568
6.01.02.03	Tributos a recuperar	-125	-264
6.01.02.04	Pagamento dos depósitos judiciais	-317	-133
6.01.02.05	Outros créditos	-615	368
6.01.02.06	Fornecedores	-4.321	6.055
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	565	517
6.01.02.08	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-474	119
6.01.02.09	Partes relacionadas	2.239	-212
6.01.02.10	Outras contas a pagar	-8.008	-3.381
6.01.02.11	Pagamento de perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-879	-208
6.01.02.12	Pagamento de Manutenção e Construção de obras	-1.623	-319
6.01.02.13	Imposto de renda e contribuição social pagos	0	619
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-87.991	-125.403
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-3.806	-7.078
6.02.02	Aquisição de intangível	-84.185	-118.325
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	39.728	9.991
6.03.01	Títulos e valores mobiliários	8.952	-4.242
6.03.02	Captação de empréstimos e financiamentos	53.593	74.154
6.03.03	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	-25.930	-18.450
6.03.04	Pagamento de credor pela concessão	-4	-315
6.03.05	Aporte de capital	45.000	3.000
6.03.06	Partes relacionadas - Mútuo	-1.146	-1.039

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
6.03.07	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	0	-7.684
6.03.08	Juros pagos	-40.737	-35.433
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	40.717	-1.232
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	39.964	25.882
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	80.681	24.650

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	228.725	161	60.609	0	0	289.495
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	228.725	161	60.609	0	0	289.495
5.04	Transações de Capital com os Sócios	45.000	72	0	0	0	45.072
5.04.01	Aumentos de Capital	45.000	0	0	0	0	45.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	72	0	0	0	72
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	164	0	164
5.07	Saldos Finais	273.725	233	60.609	164	0	334.731

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	191.725	114	43.294	0	0	235.133
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	191.725	114	43.294	0	0	235.133
5.04	Transações de Capital com os Sócios	3.000	38	0	-7.276	0	-4.238
5.04.01	Aumentos de Capital	3.000	0	0	0	0	3.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	38	0	0	0	38
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-7.276	0	-7.276
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	25.218	0	25.218
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	25.218	0	25.218
5.07	Saldos Finais	194.725	152	43.294	17.942	0	256.113

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
7.01	Receitas	271.641	294.119
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	177.784	166.285
7.01.02	Outras Receitas	8.155	7.066
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	85.702	120.768
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-146.692	-154.274
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-134.415	-149.072
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-12.277	-5.202
7.03	Valor Adicionado Bruto	124.949	139.845
7.04	Retenções	-29.729	-18.971
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-29.729	-18.971
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	95.220	120.874
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	7.460	5.212
7.06.02	Receitas Financeiras	7.460	5.212
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	102.680	126.086
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	102.680	126.086
7.08.01	Pessoal	14.427	14.932
7.08.01.01	Remuneração Direta	12.160	11.874
7.08.01.02	Benefícios	1.834	2.527
7.08.01.03	F.G.T.S.	433	531
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	16.359	24.541
7.08.02.01	Federais	7.107	15.917
7.08.02.03	Municipais	9.252	8.624
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	71.730	61.395
7.08.03.01	Juros	39.196	36.010
7.08.03.02	Aluguéis	1.620	1.610
7.08.03.03	Outras	30.914	23.775
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	164	25.218
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	7.276
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	164	17.942

Comentário do Desempenho

Ecopistas anuncia resultados do 3T14 e 9M14: Receita de Pedágio cresce 6,9% no 9M14

Itaquaquecetuba, 06 de novembro de 2014 – A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas anuncia seus resultados referentes ao terceiro trimestre de 2014 (3T14) e primeiros nove meses de 2014 (9M14). As informações financeiras e operacionais são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, bem como as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros – IFRS e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao terceiro trimestre de 2013 (3T13) e primeiros nove meses de 2013 (9M13).

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

- O volume de tráfego, no 3T14, registrou 22.648 mil veículos equivalentes pagantes, decréscimo de -0,8%.
- O EBITDA, no 3T14, foi de R\$ 34,8 milhões (margem EBITDA de 39,0%) e R\$ 92,9 milhões no 9M14 (margem EBITDA de 36,4%).
- A receita líquida foi de R\$ 89,3 milhões no 3T14 e R\$ 255,4 milhões no 9M14, queda de 19,3% e 8,5%, respectivamente.

Destaques (em milhões de R\$)	3T14	3T13	Var.	9M14	9M13	Var.
Volume de tráfego (em milhares de veículos equivalentes pagantes)	22.648	22.841	-0,8%	67.541	64.372	4,9%
Tarifa média ¹	2,74	2,58	6,2%	2,63	2,58	1,9%
Receita líquida	89,3	110,6	-19,3%	255,4	279,2	-8,5%
Lucro/Prejuízo líquido	5,0	13,1	-61,8%	0,2	25,2	-99,2%
EBITDA ²	34,8	39,9	-12,7%	92,8	108,4	-14,4%
Margem EBITDA	39,0%	36,0%	3,0 p.p	36,4%	38,8%	-2,4 p.p.
Capex	30,4	55,8	-45,5%	88,0	125,4	-29,8%

¹ em Reais

² EBITDA = Lucro Líquido + IRPJ/CSLL + Despesas Financeiras Líquidas + Depreciação/Amortização

Comentário do Desempenho

COMPANHIA

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e administra, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, o conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

A Ecopistas é responsável por uma das mais importantes ligações entre a região metropolitana de São Paulo e Vale do Paraíba, Porto de São Sebastião, praias do litoral norte do Estado de São Paulo e estância turística de Campos de Jordão.

ANÁLISE DO RESULTADO

VOLUME DE TRÁFEGO

O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 22.648 mil no 3T14, decréscimo de 0,8% e 67.541 mil no 9M14, crescimento de 4,9%, influenciados, principalmente, pelo recuo da produção industrial na região para os veículos comerciais e pelas condições climáticas favoráveis aos veículos de passeio.

VOLUME DE TRÁFEGO (veículos equivalentes pagantes x mil)	3T14	3T13	Var.	9M14	9M13	Var.
Passeio	14.609	14.410	1,4%	43.797	41.914	4,5%
Comercial	8.039	8.431	-4,6%	23.744	22.458	5,7%
Total	22.648	22.841	-0,8%	67.541	64.372	4,9%

Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

TARIFA MÉDIA

Tarifa Média (em R\$)	3T14	3T13	Var.	9M14	9M13	Var.
Ecopistas	2,74	2,58	6,2%	2,63	2,58	1,9%

Comentário do Desempenho

A partir de 01 de julho de 2014 a Agência de Transportes do Estado de São Paulo (Artesp) adotou reajuste médio na tarifa de pedágio da concessionária de rodovias Ecopistas, de 6,97%. A Companhia não concorda com o reajuste determinado unilateralmente pela Artesp, pois não correspondem à aplicação do índice previsto no contrato de concessão e está tomando as medidas cabíveis ao cumprimento do contrato.

RECEITA BRUTA

A receita bruta consolidada totalizou R\$ 95,1 milhões no 3T14 e de R\$ 271,6 milhões no 9M14, com redução de 18,0% e 7,6% respectivamente, sendo influenciada pela redução na receita de construção.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	3T14	3T13	Var.	9M14	9M13	Var.
Receitas de Pedágio	62,0	58,9	5,3%	177,8	166,2	7,0%
Receitas Acessórias	2,8	2,4	16,7%	8,2	7,1	15,4%
Receita de Construção ICPC-01	30,3	54,6	-44,5%	85,7	120,8	-29,0%
Total	95,1	115,9	-18,0%	271,6	294,1	-7,6%

As receitas acessórias das concessionárias de rodovias são provenientes do monitoramento de cargas especiais, painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços de utilização e exploração da faixa de domínio das concessões rodoviárias.

A receita de construção, conforme estabelecido pelo ICPC 01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) – Contratos de Concessão foi de R\$ 30,3 milhões no 3T14 e R\$ 85,7 milhões no 9M14. A Companhia não reconhece margem de lucro nesta receita (margem igual à zero), sendo o mesmo valor contabilizado na conta “Custo de Construção de Obras”.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Os custos operacionais e despesas administrativas totalizaram R\$ 64,7 milhões no 3T14 com redução de 16,3% e R\$ 192,3 milhões no 9M14, crescimento de 1,3%, devido, principalmente, ao aumento no escopo de serviços de terceiros prestados pela EcoRodovias Concessões.

Comentário do Desempenho

Custos operacionais e despesas administrativas						
(em milhões de R\$)	3T14	3T13	Var.	9M14	9M13	Var.
Pessoal	3,9	5,0	-22,0%	14,4	14,9	-3,4%
Conservação e manutenção	2,6	2,2	18,2%	7,1	6,8	4,4%
Serviços de terceiros	11,6	4,4	163,6%	34,7	13,3	160,9%
Poder concedente e seguros	1,6	1,7	-5,9%	4,9	6,4	-23,4%
Depreciação e amortização	10,2	6,6	54,5%	29,7	19,0	56,3%
Provisão manutenção ICPC 01	3,1	0,7	342,9%	9,4	2,2	327,3%
Custo de construção de Obras ICPC 01	30,3	54,6	-44,5%	85,7	120,8	-29,1%
Locações, aluguéis e outros	1,4	2,0	-30,0%	6,4	6,4	-
TOTAL	64,7	77,3	-16,3%	192,3	189,8	1,3%

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de consultoria e serviços de limpeza.

EBITDA

O EBITDA totalizou R\$ 34,8 milhões no 3T14 e R\$ 92,9 milhões no 9M14, queda de 12,8% e 14,3%, respectivamente. A margem EBITDA atingiu 39,0% no 3T14 e 36,4% no 9M14, um crescimento de 3,0 pontos percentuais em relação ao 3T13 e queda de 2,4 pontos percentuais em relação à 9M13.

EBITDA						
(em milhões de R\$)	3T14	3T13	Var.	9M14	9M13	Var.
Lucro Líquido	5,0	13,1	-61,8%	0,2	25,2	-99,2%
Imposto de renda e contribuição social	2,7	5,7	-52,6%	0,3	9,6	-96,9%
Resultado Financeiro	16,9	14,5	16,6%	62,7	54,6	14,8%
Depreciação e Amortização	10,2	6,6	54,5%	29,7	19,0	56,3%
EBITDA	34,8	39,9	-12,8%	92,9	108,4	-14,3%
Margem EBITDA	39,0%	36,0%	3,0 p.p.	36,4%	38,8%	-2,4 p.p.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido no 3T14 foi negativo em R\$ 16,8 milhões e negativo em R\$ 62,6 milhões no 9M14, crescimentos de 17,4% e 14,8%, respectivamente.

Comentário do Desempenho

Resultado financeiro						
(em milhões de R\$)	3T14	3T13	Var.	9M14	9M13	Var.
Juros sobre debêntures	(9,4)	(9,1)	3,3%	(27,2)	(26,5)	2,6%
Juros sobre financiamentos	(3,6)	(2,5)	44,0%	(12,0)	(9,5)	26,3%
Variação monetária sobre debêntures e financiamentos	(2,5)	(2,0)	25,0%	(20,1)	(16,4)	22,6%
Receita de aplicação financeira	1,9	1,7	11,8%	6,4	5,1	25,5%
Ajuste a Valor Presente ICPC-01	(0,2)	(0,1)	100,0%	(0,6)	(0,6)	-
Outros efeitos financeiros	(3,0)	(2,3)	30,4%	(9,1)	(6,7)	35,8%
TOTAL	(16,8)	(14,3)	17,4%	(62,6)	(54,6)	14,8%

LUCRO /PREJUÍZO LÍQUIDO

A Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 5,0 milhões no 3T14 e R\$ 0,2 milhão no 9M14.

ENDIVIDAMENTO

Em 30 de setembro de 2014, a dívida líquida consolidada da Companhia totalizou R\$ 544,4 milhões. A Ecopistas encerrou o 3T14 com saldo de caixa, bancos, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários vinculados de R\$ 135,2 milhões e dívida bruta de R\$ 679,6 milhões no 3T14.

Endividamento					
(em milhões de R\$)	30/09/2014	31/12/2013	Var.	Taxas Atuais	Vencimento
BNDES	235,8	197,9	19,2%	TJLP+2,45% a.a	junho-2021
Debêntures	443,5	433,2	2,4%	IPCA+8,25%	janeiro-2023
Dívida Financeira	679,3	631,1	7,6%		
Credor pela Concessão	0,3	0,3	0,0%	Não aplicável	
Dívida Bruta	679,6	631,4	14,8%		
Caixa e equivalentes de caixa	80,7	40,0	101,8%		
Aplicação financeira vinculada	54,5	58,1	-6,2%		
Dívida Líquida	544,4	533,3	2,1%		

^(*) Os montantes referem-se a recursos para liquidação de remuneração das debêntures e conta de ajuste das debêntures como garantia de recursos para pagamento de juros e principal registrados na rubrica "Títulos e valores mobiliários".

CAPEX

Os investimentos realizados na Ecopistas totalizaram R\$ 30,4 milhões no 3T14 e R\$ 88,0 milhões no 9M14, queda de 45,5% e 29,8%, respectivamente. Tais investimentos se referem, principalmente, às obras nas marginais da Rodovia Ayrton Senna.

Comentário do Desempenho

(em milhões de R\$)	3T14			3T13			Var. 3T14*3T13
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	
CAPEX	30,4	-	30,4	55,8	-	55,8	-45,5%

(em milhões de R\$)	9M14			9M13			Var. 9M14*9M13
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	
CAPEX	88,0	-	88,0	125,4	-	125,4	-29,8%

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S/S foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2014: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity". Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$ 46,2 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

Notas Explicativas

ITR - Informações Trimestrais

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A.

30 de setembro de 2014

Notas Explicativas

1. Informações gerais

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas ("Ecopistas" ou "Companhia"), constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo inicial de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia Ayrton Senna, km 32, Pista Oeste. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores. As demais informações acerca do contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 29.

As informações contábeis intermediárias da Companhia para o período findo em 30 de setembro de 2014 foram elaboradas sob responsabilidade da Administração, a qual autorizou sua conclusão, como também foram apreciadas e discutidas no Comitê de Auditoria, ambos em 03 de novembro de 2014.

2. Bases de elaboração, apresentação das informações trimestrais e resumo das principais práticas contábeis

As informações contábeis intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "*Interim Financial Reporting*", emitida pelo "*International Accounting Standards Board - IASB*" e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais, ao resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamento não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Notas Explicativas nºs 2 e 3 às demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (doravante denominadas de "Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2013"), publicadas no dia 19 de março de 2014 nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Diário do Grande ABC e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.cvm.gov.br e www.ecorodovias.com.br.

3. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013, não houve alterações significativas para essas informações trimestrais em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2.15 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013. Para os pronunciamento e interpretações contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 2.15 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013, não há impactos relevantes para a Companhia e subsidiárias.

Notas Explicativas

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Caixa e bancos	2.580	2.148
Aplicações financeiras:		
Fundo de investimento (a)	77.669	9.242
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (b)	432	28.574
	<u>80.681</u>	<u>39.964</u>

- (a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo, também, não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 30 setembro de 2014 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 42,71% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 48,43% em Operações Compromissadas, 4,79% em Letra Financeira - LF e 4,07% em títulos públicos federais.

As aplicações financeiras vinculadas são formadas por CDBs e fundos de investimentos, remunerados à taxa de 102,1% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) A Companhia possui aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados à taxa de 20,0% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata. Em 30 de setembro de 2014, o valor aplicado nessa modalidade é de R\$432 (R\$1.456 em 31 de dezembro de 2013).

5. Títulos e valores mobiliários - vinculados

Os títulos e valores mobiliários - vinculados são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez.

	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Fundo de Investimentos (a)	52.145	47.864
Poupança (b)	2.361	10.193
	<u>54.506</u>	<u>58.057</u>
Circulante	54.506	47.864
Não circulante	-	10.193

- (a) Os Fundos de Investimentos são remunerados à taxa média ponderada de 99,1% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - vinculados por estarem vinculadas ao processo de liquidação das debêntures e financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES da Companhia como garantia de recursos de pagamento de juros e principal (vide Notas Explicativas nºs 13 e 14).

- (b) Refere-se ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental que a Companhia celebrou com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, comprometendo-se a utilizar os recursos a título de compensação ambiental nas ações a serem definidas e deliberadas pela Câmara de Compensação Ambiental (CCA). Em 30 de setembro de 2014 a Companhia possui um saldo de R\$2.361 (R\$10.193 em 31 de dezembro de 2013) registrado sob a rubrica "Outras contas a pagar" no passivo não circulante referente a essas obrigações.

Notas Explicativas

6. Clientes

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, pedágio eletrônico, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Pedágio eletrônico	15.263	14.306
Cupons de pedágio	533	377
Receitas acessórias	1.749	1.031
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD (a)	<u>(1.142)</u>	<u>(1.316)</u>
	<u>16.403</u>	<u>14.398</u>

(a) Refere-se à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. A política de contas a receber do Grupo EcoRodovias no qual a Companhia está inserida, estabelece que a Constituição de PCLD seja realizada com base nos clientes vencidos há mais de 90 dias.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
A vencer	16.397	14.158
Vencidos:		
Até 30 dias	4	81
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	2	159
Acima de 90 dias	<u>1.142</u>	<u>1.316</u>
	<u>17.545</u>	<u>15.714</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	<u>30/09/2014</u>
Saldo inicial	1.316
Valores recuperados no período	(674)
Constituição de PCLD no exercício	<u>500</u>
Valores recuperados no exercício	<u>1.142</u>

7. Despesas antecipadas

O saldo da rubrica "Despesas antecipadas" em 30 de setembro de 2014 é de R\$1.828 (R\$1.306 em 31 de dezembro de 2013) e refere-se substancialmente a prêmios de seguros a apropriar, classificados no ativo circulante. Vide Nota Explicativa nº 28.

Notas Explicativas

8. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	<u>30/09/2014</u>	<u>30/09/2013</u>
Saldo inicial	2.714	2.356
Adições	317	133
Baixas	(202)	(4)
Atualização monetária	212	139
Saldo final	<u>3.041</u>	<u>2.624</u>

Notas Explicativas

9. Imobilizado

	Taxas médias anuais de depreciação %	Custo			Depreciação			Residual		
		Saldos em 31/12/2012	Adições	Transferências	Saldos em 30/09/2013	Saldos em 31/12/2012	Adições		Saldos em 30/09/2013	Saldos em 31/12/2012
Hardware e equipamentos de pedágio	19,5	32.478	6.545	-	39.023	(13.436)	(5.251)	(18.687)	20.336	19.042
Máquinas e equipamentos	11,9	519	31	-	550	(124)	(48)	(172)	378	395
Móveis e utensílios	10,1	1.062	98	-	1.160	(261)	(84)	(345)	815	801
Edificações	3,2	250	-	-	250	(25)	(6)	(31)	219	225
Instalações	6,8	2.085	227	-	2.312	(157)	(113)	(270)	2.042	1.928
Outros	19,1	504	177	-	681	(1)	(85)	(86)	595	503
		36.898	7.078	-	43.976	(14.004)	(5.587)	(19.591)	24.385	22.894

	Taxas médias anuais de depreciação %	Custo			Depreciação			Residual		
		Saldos em 31/12/2013	Adições	Transferências	Saldos em 30/09/2014	Saldos em 31/12/2013	Adições		Saldos em 30/09/2014	Saldos em 31/12/2013
Hardware e equipamentos de pedágio	19,7	43.356	3.218	-	46.574	(20.749)	(6.653)	(27.402)	19.172	22.607
Máquinas e equipamentos	12,4	549	37	-	586	(189)	(53)	(242)	344	360
Móveis e utensílios	9,9	1.162	120	-	1.282	(374)	(91)	(465)	817	788
Edificações	2,1	250	-	-	250	(34)	(4)	(38)	212	216
Instalações	9,7	2.499	431	-	2.930	(385)	(198)	(583)	2.347	2.114
Outros	-	498	-	(268)	230	(61)	-	(61)	169	437
		48.314	3.806	(268)	51.852	(21.792)	(6.999)	(28.791)	23.061	26.522

Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos empréstimos, financiamentos e debêntures ou de processos de qualquer natureza, bem como não foram capitalizados encargos financeiros.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

No período findo em 30 de setembro de 2014 foram capitalizados encargos financeiros de R\$2, em 30 de setembro não foram capitalizados encargos financeiros.

Notas Explicativas

10. Intangível

Taxas médias anuais de amortização - %	Custo			Amortização			Residual		
	Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	Transferência	Saldos em 30/09/2013	Saldos em 31/12/2012	Adições	Saldos em 30/09/2013	Saldos em 31/12/2012
(*)	854.389	118.291	-	-	972.680	(40.313)	(13.241)	(53.554)	814.076
20,1	948	34	-	-	982	(468)	(143)	(611)	480
	<u>855.337</u>	<u>118.325</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>973.662</u>	<u>(40.781)</u>	<u>(13.384)</u>	<u>(54.165)</u>	<u>814.556</u>
Taxas médias anuais de amortização - %	Custo			Amortização			Residual		
	Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Transferência	Saldos em 30/09/2014	Saldos em 31/12/2013	Adições	Saldos em 30/09/2014	Saldos em 31/12/2013
(*)	1.016.234	83.680	(39)	268	1.100.143	(66.307)	(22.581)	(88.888)	949.927
18,9	-	451	-	-	451	-	-	-	-
	<u>989</u>	<u>84.187</u>	<u>(39)</u>	<u>268</u>	<u>1.101.639</u>	<u>(66.968)</u>	<u>(149)</u>	<u>(810)</u>	<u>328</u>
	<u>1.017.223</u>	<u>84.187</u>	<u>(39)</u>	<u>268</u>	<u>1.101.639</u>	<u>(66.968)</u>	<u>(22.730)</u>	<u>(89.698)</u>	<u>950.255</u>

Contratos de concessão Softwares de terceiros

Contratos de concessão Intangível em andamento Softwares de terceiros

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida ao resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa média anual de amortização em 30 de setembro de 2014 é de 2,84% a.a. (1,93% a.a. em 30 de setembro de 2013).

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

Notas Explicativas

11. Imposto de renda e contribuição social

a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balço patrimonial			Resultado	
	31/12/2013	Adições	Baixas	30/09/2014	30/09/2014
Provisão para perdas tributárias, cíveis e trabalhistas	322	335	(266)	391	69
Provisão para férias e encargos de diretores	4	12	-	16	12
Provisão para devedores duvidosos	444	167	(241)	370	(74)
Prejuízo fiscal e base negativa	-	4.771	(1.331)	3.440	3.440
Regime Tributário de Transição - RTT (*)	(20.500)	(3.717)	(50)	(24.267)	(3.767)
IR e CS diferido - ativo/(passivo)	(19.730)	1.568	(1.888)	(20.050)	
Receita (despesa) de IR e CS diferido					(320)

(*) O RTT contempla ICPC-01, AVP Ônus da Concessão e Juros Capitalizados.

Reconciliação do ativo (passivo) diferido

Saldo em 31 de dezembro de 2013	(19.730)
Receita/(despesa) do imposto reconhecido no resultado	(320)
Saldo em 30 de setembro de 2014	<u>(20.050)</u>

A Administração considera que as provisões temporárias ativas serão realizadas em um prazo de até cinco exercícios, em virtude da expectativa de reversão e/ou pagamentos das provisões para: perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, férias de diretores, devedores duvidosos e prejuízos fiscais.

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	30/09/2014	30/09/2013
Lucro/prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	484	34.807
Alíquota	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(165)	(11.834)
Juros sobre o capital próprio	-	2.474
Despesas indedutíveis	(14)	(106)
Ajustes de exercícios anteriores	-	(18)
Incentivos fiscais (PAT)	-	14
Outros	(141)	(119)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	(320)	(9.589)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social correntes	-	(2.598)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social diferidos	(320)	(6.991)

Notas Explicativas

c) Imposto de renda e contribuição social pagos

	<u>30/09/2014</u>	<u>30/09/2013</u>
Saldo inicial provisão IR/CS - 31/12	-	-
Despesa IR/CS corrente DRE	-	2.598
Total IR/CS pagos no período de 9 meses	-	(1.979)
Saldo final provisão IR/CS - 30/09	-	619

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB nº 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627), que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

Em 13 de maio de 2014, a MP 627 foi convertida na Lei nº 12.973/14. A Lei não alterou substancialmente os assuntos abordados pela MP 627, fazendo-se necessário mencionar dois temas, que de acordo com o nosso entendimento, são os principais:

- (a) A adequação das normas tributárias às novas normas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07 (fim do "RTT", com a conseqüente aproximação das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais *IFRS - International Financial Reporting Standards*);
- (b) Introdução de novas regras relacionadas à tributação de lucros provenientes de controladas e coligadas no Exterior.

A nova legislação trouxe a opção de sua adoção antecipada para o exercício de 2014 ou a adoção obrigatória a partir de 2015. A Companhia decidiu pela adoção antecipada no exercício de 2014, visto que a adoção em 2015 poderia impactar a distribuição dos dividendos excedentes do resultado de 2014 com a aplicação das novas regras, um dos principais pontos introduzidos pela Lei nº 12.973/14.

12. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Impostos sobre faturamento:		
ISS	1.063	1.074
Cofins	640	647
PIS	139	140
ISS na fonte	161	364
INSS fonte	142	541
Outros	430	283
	<u>2.575</u>	<u>3.049</u>

Notas Explicativas

13. Empréstimos e financiamentos

Credor	Vencimento final	Taxa média de juros	30/09/2014	31/12/2013
Em moeda nacional - BNDES	15 de junho de 2021	TJLP + 2,45% a.a.	235.774	197.897
Circulante			26.162	21.250
Não circulante			209.612	176.647

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	30/09/2014	30/09/2013
Saldo inicial	197.897	114.602
Adições	53.593	74.154
Encargos financeiros	11.981	9.534
Pagamento principal	(16.772)	(11.116)
Pagamento de juros	(10.925)	(8.601)
Saldo final	235.774	178.573

Em fevereiro de 2011 a Ecopistas firmou contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES no montante de R\$355.396, divididos em 12 subcréditos, destinados a investimentos relativos à recuperação, conservação especial, implantação de melhorias e ampliação da capacidade do corredor formado pelas Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto. Seguem as principais características do contrato.

Garantia A Ecopistas cedeu todos os direitos de crédito, presentes e futuros, decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção das praças de pedágio instaladas no sistema rodoviário e todas as receitas acessórias associadas ou decorrentes da concessão das Rodovias Ayrton Senna-Carvalho Pinto, incluindo, sem limitação as receitas de pedágio e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão.

Índices financeiros exigidos (i) A razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%; (ii) Índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20; e (iii) Razão entre a dívida líquida e o EBTIDA ajustado deve ser inferior a 4,00. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 30 de setembro de 2014, conforme demonstrado abaixo.

Índices financeiros Ecopistas BNDES	Exigido	Medido (*)
(i) PL/passivo total	> 20%	28,01%
(ii) Cobertura da dívida	> 1,20	1,81
(iii) Dívida líquida/EBTIDA ajustado	< 4,00	3,86

(*) Índice não revisado pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

Os subcréditos e liberações efetuadas são como segue:

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a	99.200	99.200	28.716	114 mensais
b	85.528	85.528	11.641	114 mensais
c	-	-	-	101 mensais
d	27.999	27.999	2.210	114 mensais
e	21.769	21.769	-	10 anuais
f	21.769	-	-	10 anuais
g	21.769	-	-	10 anuais
h	22.218	-	-	114 mensais
i	4.848	-	-	10 anuais
j	11.281	11.281	-	114 mensais
k	29.846	22.438	-	114 mensais
l	9.169	9.169	-	10 anuais
Total	355.396	277.384	42.567	

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	30/09/2014	31/12/2013
2015	6.020	19.552
2016	31.238	24.098
2017	31.174	24.042
2018	31.231	24.095
2019	31.404	24.353
Posteriores a 2020	78.545	60.507
	209.612	176.647

14. Debêntures

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	30/09/2014	31/12/2013
Principal corrigido	431.582	422.185
Remuneração (juros)	20.313	20.518
Custos com emissão de debêntures (*)	(8.439)	(9.519)
	443.456	433.184
Circulante	37.734	33.773
Não circulante	405.722	399.411

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	30/09/2014	30/09/2013
Saldo inicial	433.184	419.750
Encargos financeiros	49.242	43.832
Pagamento do principal	(9.158)	(7.334)
Pagamento de juros	(29.812)	(26.832)
Saldo final	443.456	429.416

(*) Os custos com emissão são referentes a todos os gastos que a Companhia incorreu para a emissão das debêntures, como gastos com bancos, advogados, auditores, entre outros. E sua amortização no resultado é efetuada usando o método da taxa efetiva de juros.

Notas Explicativas

A Companhia concluiu, em 15 de janeiro de 2011, a emissão de R\$370.000 em debêntures em quatro séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 145 meses e vencimento final em 15 de janeiro de 2023, a segunda no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 136 meses e vencimento final em 15 de abril de 2022, a terceira no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 139 meses e vencimento final em 15 de julho de 2022, e a quarta no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 142 meses e vencimento final em 15 de outubro de 2022.

As séries têm remuneração vinculada ao IPCA + 8,25%, pago semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

Essa operação teve classificação de risco “brAA+” da Standard & Poors.

Descrição	
Forma e conversibilidade	Nominativas e escriturais, não conversíveis em ações
Quantidade emitida	370 (em quatro séries)
Valor nominal unitário na data da emissão	R\$1.000
Valor nominal unitário atualizado em 30 de setembro de 2014	1ª série - R\$1.254 2ª série - R\$1.187 3ª série - R\$1.164 4ª série - R\$1.279
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - atualização monetária anual pela variação do IPCA
Remuneração (juros e correção)	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25%
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)
Vencimento da amortização	1ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	a) Para cada subcrédito em Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a três vezes o valor da primeira parcela vincenda da amortização de principal e encargos da dívida; e, após o pagamento da primeira parcela, a quantia equivalente a três vezes o valor da soma da última parcela vincenda de amortização de principal e encargos da dívida (até 15 dias contados da data da última prestação vencida). b) Para cada subcrédito em IPCA concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a 1/3 do valor referente ao desembolso realizado, dividido pelo número total de prestações do subcrédito; e, após o pagamento da primeira parcela de amortização de principal e encargos da dívida, a quantia equivalente a ¼ do valor da última parcela vincenda de amortização de principal e encargos de subcrédito (até três meses anteriores ao vencimento de cada prestação). c) No que se refere às debêntures objeto da escritura, a constituição da quantia equivalente à próxima parcela de amortização do principal e/ou juros das debêntures (no dia seguinte à liquidação das debêntures).
Instituição depositária das debêntures	Itaú Unibanco S.A.
Local de pagamento	CETIP e/ou BOVESPAFIX
Instituição responsável pela conta de reserva	Itaú Unibanco S.A.
Agente fiduciário	Planner Trustee DTVM Ltda.

Notas Explicativas

Descrição	
Garantias	Alienação fiduciária de 100% das ações da Ecopistas e alienação fiduciária de 100% dos créditos oriundos do pedágio
Cláusula de repactuação das debêntures	Não há cláusulas de repactuação

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	30/09/2014			31/12/2013		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2015	5.357	(309)	5.048	18.953	(1.473)	17.480
2016	23.825	(1.378)	22.447	22.729	(1.378)	21.351
2017	32.986	(1.407)	31.579	31.469	(1.407)	30.062
2018	44.352	(1.334)	43.018	43.258	(1.334)	41.924
2019	58.303	(1.080)	57.223	56.864	(1.080)	55.784
2020 a 2023	248.028	(1.621)	246.407	234.431	(1.621)	232.810
	412.851	(7.129)	405.722	407.704	(8.293)	399.411

O contrato da Companhia requer a manutenção dos índices financeiros trimestralmente conforme segue: (i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%; (ii) o índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20; e (iii) a razão entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado deve ser inferior a 4,00. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, conforme demonstrado abaixo:

	Exigido	Medido (*)
(i) PL/passivo total	> 20%	28,01%
(ii) Cobertura da dívida	> 1,20	1,81
(iii) Dívida líquida/EBTIDA ajustado	< 4,00	3,86

(*) Índice não revisado pelos auditores independentes.

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Debêntures - 1ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,84%
Debêntures - 2ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,97%
Debêntures - 3ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,91%
Debêntures - 4ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,87%
		370.000	(12.668)	357.332		

Notas Explicativas

15. Partes relacionadas

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, além de serviços administrativos e financeiros.

Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, os saldos e movimentações relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Balço patrimonial	Natureza	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante e não circulante
		Cientes	Outros créditos	Intangível	Contas a pagar	
Circulante:						
TB Transportadora Betumes Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	-	-	-	18
CBB Indústria e Comércio de Asfalto e Engenharia Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	-	-	-	167
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (d)	Controladora	-	32	-	-	-
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	-	-	-	-	2.824
		-	32	-	-	3.009
Não circulante:						
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora direta	-	-	-	-	93.802
		-	-	-	-	93.802
Intangível						
TB Transportadora Betumes Ltda. (c)		-	-	477	-	-
CBB Indústria e Comércio de Asfalto e Engenharia Ltda. (c)		-	-	3.283	-	-
		-	-	3.760	-	-
Total em 30 de setembro de 2014		-	32	3.760	-	96.811
Total em 31 de dezembro de 2013 (*)		14.313	7	7.822	-	88.058

Notas Explicativas

Demonstração do resultado		Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Despesas financeiras
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora direta	-	-	7.635
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	17.828	9.253	-
Total em 30 de setembro de 2014		17.828	9.253	7.635
Total em 30 de setembro de 2013		4.249	2.203	5.295

- (a) A controladora direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$36.108, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano.
- (b) Em 8 de outubro de 2010, foi firmado um contrato de mútuo entre a EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. e a Companhia. Em 30 de setembro de 2014, há um saldo em aberto de R\$93.802 (R\$87.313 em 31 de dezembro de 2013), atualizado por 100% do CDI e com vencimento em 31 de março de 2016.
- (c) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., controladora da Companhia, prestam serviços no fornecimento e transporte de material à Companhia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$47.856. O prazo para execução destes serviços é de dezembro de 2016 e em 30 de setembro de 2014, há um saldo de serviços a realizar de R\$160. Os saldos em aberto a pagar R\$185 (sobre os serviços já realizados) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (d) O saldo refere-se à transferência de funcionários entre empresas (provisões de 13º salário e férias), os saldos têm vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a juros nem à atualização monetária e não foram concedidos avais e garantias.

Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Companhia não tinha concedido aval para nenhuma parte relacionada.

- (*) Em 20 de março de 2014, a Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP deixou de ser parte relacionada da Companhia, pela venda de participação que a EcoRodovias Infraestrutura detinha.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

Em 30 de setembro de 2014, foram pagos e provisionados aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas". A Companhia concede a alguns executivos plano de opção com base em ações da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia a findar em 31 de dezembro de 2014 em R\$1.100 (R\$923 em 31 de dezembro de 2013).

A remuneração dos administradores no período está demonstrada a seguir:

	30/09/2014	30/09/2013
Salários	317	361
Plano de opção com base em ações (vide Nota Explicativa nº 20.c)	72	38
Previdência privada	18	36
Participação nos resultados	210	158
	617	593

16. Provisão para manutenção

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção da infraestrutura, a ser realizada durante o período da concessão, e são ajustados a valor presente com a taxa de 11,99% ao ano, correspondentes

Notas Explicativas

as taxas de captação de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2012	Adições	Efeito financeiro	30/09/2013
Constituição da provisão para manutenção	8.523	3.021	-	11.544
Efeito de valor presente sobre a constituição	(2.670)	(855)	-	(3.525)
Ajuste a valor presente - realizações	873	-	570	1.443
	6.726	2.166	570	9.462
Circulante	-			-
Não circulante	6.726			9.462

	31/12/2013	Adição	Efeito financeiro	30/09/2014
Constituição da provisão para manutenção	12.551	10.202	-	22.753
Efeito de valor presente sobre a constituição	(3.810)	(757)	-	(4.567)
Ajuste a valor presente - realizações	1.632	-	570	2.202
	10.373	9.445	570	20.388
Circulante	-			2.526
Não circulante	10.373			17.862

17. Provisão para construção de obras futuras

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível, os valores são ajustados a valor presente a taxa de 11,99% a.a., correspondente à taxa média ponderada das captações de empréstimos.

Esta provisão está de acordo com a orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

Notas Explicativas

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2012</u>	<u>Baixa</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>30/09/2013</u>
Constituição da provisão para obras futuras	13.169	-	-	13.169
Realização da construção	(3.087)	(319)	-	(3.406)
Efeito de valor presente sobre a constituição	(3.970)	-	-	(3.970)
Ajuste a valor presente - realizações	3.971	-	-	3.971
	<u>10.083</u>	<u>(319)</u>	<u>-</u>	<u>9.764</u>
Circulante	2.142			1.823
Não circulante	7.941			7.941

	<u>31/12/2013</u>	<u>Baixa</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>30/09/2014</u>
Constituição da provisão para obras futuras	13.169	-	-	13.169
Realização da construção	(3.651)	(1.623)	-	(5.274)
Efeito de valor presente sobre a constituição	(3.970)	-	-	(3.970)
Ajuste a valor presente - realizações	3.971	-	-	3.971
	<u>9.519</u>	<u>(1.623)</u>	<u>-</u>	<u>7.896</u>
Circulante	9.519			7.896
Não circulante	-			-

18. Obrigações com o poder concedente

	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Parcelas variáveis	320	324

A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação do pedágio até 30 de junho de 2013. A partir desta data, conforme publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 27 de julho de 2013, a alíquota passou a ser 1,5%.

A movimentação está demonstrada a seguir:

	<u>30/09/2014</u>	<u>30/09/2013</u>
Saldo inicial	324	590
Custo (vide Nota Explicativa nº 22)	2.789	4.280
Pagamentos	(2.793)	(4.595)
Saldo final	<u>320</u>	<u>275</u>

Notas Explicativas

19. Provisão para perdas trabalhistas e cíveis

Os diversos processos em andamento são de natureza trabalhista, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia. A respectiva provisão para perdas trabalhistas e cíveis foi constituída para os processos cujas possibilidades de desembolso futuro foram avaliadas como prováveis, com base na opinião de seus advogados e consultores legais da Companhia.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2013	281	127	408
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	2.560	782	3.342
(-) Pagamentos	(139)	(69)	(208)
(+) Atualização monetária	16	26	42
Saldos em 30 de setembro de 2013	2.718	866	3.584
	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2014	2.673	777	3.450
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	359	758	1.117
(-) Pagamentos	(78)	(801)	(879)
(+) Atualização monetária	81	83	164
Saldos em 30 de setembro de 2014	3.035	817	3.852

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde, principalmente, a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível que totalizam em 30 de setembro de 2014 no montante de R\$4.979 (R\$4.676 em 31 de dezembro de 2013), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

(b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras. A Companhia possui outros processos de natureza trabalhista que totalizam em 30 de setembro de 2014 o montante de R\$10.447 (R\$4.220 em 31 de dezembro de 2013), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2014, o capital social subscrito e integralizado de R\$273.725 representado por 273.725.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (R\$228.725 e 228.725.000 em 31 de dezembro de 2013).

Capital autorizado

Conforme o artigo 6 do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$350.000, por deliberação do Conselho de Administração, ao qual caberá fixar o preço de emissão e as demais condições de emissão, subscrição e integralização dessas ações.

Notas Explicativas

b) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do período ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 o valor da reserva legal é de R\$4.191.

c) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

Conforme deliberado em AGE da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., datada de 31 de agosto de 2010, foi aprovado o Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações aos diretores e empregados do Grupo EcoRodovias. O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura é o responsável por definir e administrar o referido plano.

O plano de opção com base em ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da EcoRodovias Infraestrutura de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos. São elegíveis para participar diretores estatutários da Companhia e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social efetivamente emitidas pela EcoRodovias Infraestrutura, ações estas que deverão ser apenas ações em tesouraria.

O Conselho de Administração fixará os termos e as condições de cada opção em contrato de outorga de opção de compra de ações ("contrato"), a ser celebrado entre a EcoRodovias Infraestrutura e cada beneficiário.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da EcoRodovias Infraestrutura, atualizado monetariamente pelo IPCA ou por outro índice de base de apuração equivalente que seja escolhido pela AGE da EcoRodovias Infraestrutura.

O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. disponibilizou 273.939 ações ordinárias para esse plano, como segue:

Data	1ª outorga 31/08/2010	2ª outorga 22/03/2011	3ª outorga 25/04/2012	4ª outorga 28/04/2014
Quantidade de opções de ações	16.489	28.516	30.587	198.347
Preço no período - R\$ por ação	R\$9,95	R\$13,06	R\$13,58	R\$12,18
Índice de reajuste	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA

A Companhia reconhece no resultado, durante o período de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. Em 30 de setembro de 2014, foi registrado na rubrica "Prêmio de opções" o valor de R\$72 (R\$38 em 30 de setembro de 2013).

A EcoRodovias Infraestrutura efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão que serão mantidas em tesouraria até o efetivo período das ações por parte dos beneficiários.

Notas Explicativas

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	1ª outorga	2ª outorga	3ª outorga	5ª outorga	Total
Em 31 de dezembro de 2009	-	-	-	-	-
Outorgadas	16.489	-	-	-	16.489
Em 31 de dezembro de 2010	16.489	-	-	-	16.489
Outorgadas	-	28.516	-	-	28.516
Em 31 de dezembro de 2011	16.489	28.516	-	-	45.005
Outorgadas	-	-	30.587	-	30.587
Em 31 de dezembro de 2012	16.489	28.516	30.587	-	75.592
Outorgadas	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2013	16.489	28.516	30.587	-	75.592
Outorgadas	-	-	-	-	-
Em 31 de março de 2014	16.489	28.516	30.587	-	75.592
Outorgadas	-	-	-	198.347	198.347
Em 30 de junho de 2014	16.489	28.516	30.587	198.347	273.939
Outorgadas	-	-	-	-	-
Em 30 de setembro de 2014	16.489	28.516	30.587	198.347	273.939

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando-se o modelo de precificação de opções Black-Scholes.

A aquisição do direito ao período da opção ocorrerá na forma e nos prazos apresentados a seguir:

Ano	Preço médio do período por ação em R\$	Quantidade de ações	Valor justo médio da opção em R\$	Total	Prazo para exercer
2015	14,60	14.788	7,26	107	11 meses
2016	13,99	7.647	4,30	33	23 meses
2017	12,37	49.586	1,85	92	35 meses
2018	12,37	49.589	2,10	104	47 meses
		121.610	3,88	336	

As condições para as opções estão demonstradas a seguir:

O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura aprovou três programas de recompra de ações que ocorrerão sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da EcoRodovias Infraestrutura, observados: (1) as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis, em especial o artigo 30, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1980 (alterada pela Instrução CVM nº 10); (2) o artigo 14, inciso XIV, do Estatuto Social da EcoRodovias Infraestrutura; e (3) nos termos e as condições a seguir:

	1º Programa	2º Programa	3º Programa	4º Programa
Data	31/08/2010	30/05/2012	05/06/2013	06/06/2014
Prazo	365 dias	365 dias	365 dias	365 dias
Quantidade de ações ordinárias em circulação	144.003.000	143.737.879	200.669.081	199.611.859
Quantidade de ações ordinárias a serem adquiridas	4.000.000	1.500.000	1.700.000	2.400.000

Notas Explicativas

A EcoRodovias Infraestrutura mantém em tesouraria 1.787.992 ações ordinárias calculadas com base na cotação média do último dia de pregão em 30 de setembro de 2014, de R\$12,06. O valor total dessas ações, cujo cálculo tem como base a cotação média do pregão de 30 de setembro de 2014, é de R\$21.563.

d) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No período findo em 30 de setembro de 2014 não foram distribuídos valores a título de dividendos ou juros sobre capital próprio.

21. Receita líquida

	<u>30/09/2014</u>	<u>30/09/2013</u>
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	66.496	64.564
Pedágio por equipamento eletrônico	106.119	95.928
Vale-pedágio	5.169	5.793
	177.784	166.285
Receita de construção	85.702	120.768
Receitas acessórias (a)	8.155	7.066
Receita bruta	271.641	294.119
Deduções da receita bruta (b)	(16.244)	(14.952)
Receita líquida	255.397	279.167

(a) Referem-se a arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, publicidade, implantação e concessão acessórias.

(b) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento. Segue quadro com receitas tributáveis para análise adequada das deduções da receita.

	<u>30/09/2014</u>	<u>30/09/2013</u>
<u>Base de cálculo dos impostos</u>		
Receitas com arrecadação de pedágio	177.784	166.285
Receitas acessórias	8.155	7.066
	185.939	173.351
<u>Deduções</u>		
Cofins (3%)	(5.578)	(5.201)
PIS (0,65%)	(1.209)	(1.127)
ISS (2% a 5%)	(9.252)	(8.624)
Descontos e abatimentos	(205)	-
	(16.244)	(14.952)

Notas Explicativas

22. Custos e despesas operacionais - por natureza

	<u>30/09/2014</u>	<u>30/09/2013</u>
Pessoal	14.427	14.932
Conservação e manutenção	7.139	6.773
Serviços de terceiros (a)	34.693	13.330
Seguros (vide Nota Explicativa nº 28)	2.056	2.151
Poder Concedente	2.789	4.280
Provisão para manutenção	9.445	2.166
Custos com construção	85.702	120.768
Depreciações e amortizações	29.729	18.971
Locação de imóveis e máquinas	1.620	1.609
Outros custos e despesas operacionais	4.678	4.807
	<u>192.278</u>	<u>189.787</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	174.925	178.687
Despesas gerais e administrativas	17.353	11.100
	<u>192.278</u>	<u>189.787</u>

(a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e outros.

23. Resultado financeiro

	<u>30/09/2014</u>	<u>30/09/2013</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	6.352	5.051
Variação monetária sobre debêntures	829	-
Outras	279	161
	<u>7.460</u>	<u>5.212</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures	(27.215)	(26.476)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(11.981)	(9.534)
Variação monetária sobre debêntures	(20.946)	(16.377)
Amortização de custos das debêntures	(1.081)	(979)
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção - interpretação técnica ICPC 01	(570)	(570)
Juros sobre contrato de mútuo	(7.635)	(5.295)
Juros capitalizados	2	-
Outras	(684)	(554)
	<u>(70.110)</u>	<u>(59.785)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(62.650)</u>	<u>(54.573)</u>

Notas Explicativas

24. Lucro/prejuízo por ação

a) Lucro/prejuízo básico

O lucro/prejuízo e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>30/09/2014</u>	<u>30/09/2013</u>
Lucro do período atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	164	25.218
Quantidade de ações ordinárias	273.725	194.725
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro/prejuízo básico por ação	228.890	192.530
Lucro/prejuízo básico por ação das operações continuadas	<u>0,001</u>	<u>0,13</u>

b) Lucro diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, divulgada na Nota Explicativa 20.c, pois o plano de opção é da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

25. Participação nos lucros e resultados

A Companhia tem como política a distribuição de participação no resultado aos seus funcionários vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. Em 30 de setembro de 2014, a participação nos lucros e resultados foi de R\$993 (R\$559 em 30 de setembro de 2013), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas "Custo dos serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas".

26. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital para assegurar que as Companhias que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com o poder concedente detalhados nas Notas Explicativas n^{os} 13, 14 e 18 deduzidos de caixa e saldos de bancos) e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Em 30 de setembro de 2014, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

Notas Explicativas

a) Risco de mercado

- (i) Exposição a riscos cambiais;
- (ii) Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do IPCA, relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados: são formados por CDBs e fundos de investimentos, remunerados a taxa média remunerada de 100,9% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures: classificados como outros passivos financeiros, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

Índices de endividamento

Os índices de endividamento são os seguintes:

	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Dívida (i)	679.550	631.405
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	(135.187)	(98.021)
Dívida líquida	544.363	533.384
Patrimônio líquido (ii)	334.731	289.495
Índice de endividamento líquido	1,63	1,84

(i) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com o poder concedente, circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 13, 14 e 18.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Notas Explicativas

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 30 de setembro de 2014 são como segue:

	Classificação	Saldo contábil	Mercado
Ativos:			
Caixa e bancos (ii)	Empréstimos e recebíveis	2.580	2.580
Clientes (i)	Empréstimos e recebíveis	16.403	16.403
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados (ii)	Empréstimos e recebíveis	132.607	132.607
Passivos:			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	10.604	10.604
Empréstimos e financiamentos (iii)	Outros passivos financeiros	235.774	235.774
Debêntures (iv)	Outros passivos financeiros	443.456	443.456

- (i) Os saldos de clientes e fornecedores possuem prazo de vencimento em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (ii) Os saldos de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados aproximam-se do valor justo na data do balanço.
- (iii) Os empréstimos e financiamentos foram calculados por meio do fluxo de caixa descontado, de acordo com as taxas indicativas BM&F Bovespa do dia 30 de setembro de 2014, com base nas parcelas a vencer.
- (iv) As debêntures foram calculadas por meio de fluxo de caixa descontado, de acordo com as taxas indicativas BM&F Bovespa do dia 30 de setembro de 2014, com base nas parcelas a vencer, considerando as cláusulas de resgate antecipado, incluso na escritura das debêntures, e conforme Preço Unitário - PU atualizado.

b) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes que são remunerados por taxas de juros variáveis e que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

c) Risco de crédito

Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2014, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$14.818 (R\$14.306 em 31 de dezembro de 2013), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber".

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
BNDES	TJLP + 2,45% a.a.	38.435	39.275	38.100	147.396
BNDES	IPCA + 2,45% a.a.	-	10.634	6.233	32.578
Debêntures	IPCA + 8,25% a.a.	55.635	62.546	72.984	669.462

TJLP em 30 de setembro de 2014 - 5,00%.

IPCA em 30 de setembro de 2014 - 6,51%.

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo-se que o valor do passivo em aberto no fim do período de relatório esteve em aberto durante todo o período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do IPCA e da TJLP, principais indicadores das debêntures contratadas pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros sobre aplicações financeiras	Baixa de CDI	8.721	6.541	4.361
Debêntures	Alta do IPCA	(40.804)	(41.651)	(42.500)
Empréstimos e financiamentos	Alta da TJLP	(14.099)	(16.380)	(18.638)
Juros a incorrer, líquidos		(46.182)	(51.490)	(56.777)

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

Notas Explicativas

As taxas consideradas foram as seguintes:

Indicador	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
IPCA (a)	6,31%	7,89%	9,47%
TJLP (b)	5,00%	6,25%	7,50%
CDI (c)	11,00%	8,25%	5,50%

(a) Refere-se à taxa do IPCA projetada para 12 meses.

(b) Refere-se à taxa da TJLP projetada para 12 meses.

(c) Refere-se à taxa da CDI projetada para 12 meses.

As referidas taxas utilizadas para as projeções de mercado foram extraídas das seguintes fontes externas independentes: Tendências Consultoria, www.cetip.com.br, www.bcb.gov.br, www.ibge.gov.br e www.fgv.br.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

27. Plano de Previdência Privada

A Companhia possui o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e Administração, para o qual a Companhia e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$3,2, até o limite de 10% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. No período findo em 30 de setembro de 2014, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$107 (R\$129 em 30 de setembro de 2013), registrada na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

28. Seguros contratados

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2014, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Cobertura
Seguro garantia	Junho de 2014 a junho de 2015	158.168
"All Risk" – responsabilidade civil	Junho de 2014 a junho de 2015	72.860
"All Risk" – operacionais	Junho de 2014 a junho de 2015	2.548.594

29. Contrato de concessão

A Ecopistas, constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo, compreendendo:

- SP-070 - Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto: início do trecho entre o km 11 e o km 190, no final da Marginal Tietê, São Paulo - SP; e final do trecho entre o km 130 e o km 400, no entroncamento com a BR-116, entre o km 117 e o km 400, Taubaté - SP.
- SP-019: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-070, entre o km 19 e o km 300, Guarulhos - SP; e final do trecho entre o km 2 e o km 400, início do Sítio do Aeroporto de Cumbica, Guarulhos - SP.
- SPI-179/060 - interligação Ayrton Senna x Rodovia Presidente Dutra: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a BR-116, entre o km 179 e o km 000, Guararema - SP; e final do trecho entre o km 5 e o km 400, no entroncamento com a SP-070, entre o km 60 e o km 300, Guararema - SP.
- SPI-035/056 - interligação Itaquaquetuba - SP: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-056, entre o km 35 e o km 000, Itaquaquetuba - SP; e final do trecho entre o km 0 e o km 880, no entroncamento com a SP-070, entre o km 35 e o km 700, Itaquaquetuba - SP.
- SP-099 - Rodovia dos Tamoios: início do trecho entre o km 4 e o km 500, São José dos Campos - SP; e final do trecho entre o km 11 e o km 500, São José dos Campos - SP.
- SP-070 - trecho rodoviário a ser construído, de 6,8 km: prolongamento até a SP-125, Taubaté - SP.
- Segmentos transversais, trechos, obras de arte e instalações complementares do tipo urbano ou rodoviário da Rodovia SP-070 (Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto), outorgados à Dersa Desenvolvimento Rodoviário S.A. durante seu período de concessão, que totalizam aproximadamente 2 km e estão localizados no km 45 (intersecção com a SP-088) e no km 111 (intersecção com a SP-103).

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

Notas Explicativas

De acordo com o contrato de concessão firmado em 18 de junho de 2009, o pagamento do ônus fixo foi subdividido em uma parcela à vista de 20% e o saldo restante em 18 parcelas fixas mensais, iguais e consecutivas, reajustáveis pela variação do IPCA-IBGE, sendo que a última parada foi paga em 31 de dezembro de 2010.

O contrato de concessão da Companhia foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido na medida em que a Companhia tem o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>30/09/2014</u>	<u>30/09/2013</u>
Receita de construção	85.702	120.768
Custos de construção	(85.702)	(120.768)
	<u>-</u>	<u>-</u>

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 30 de setembro de 2014, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódica das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

<u>Natureza dos custos</u>	<u>30/09/2014</u> <u>Previsão de 2014-2039</u>	<u>31/12/2013</u> <u>Previsão de 2014-2039</u>
Melhorias na infraestrutura	229.511	293.288
Conservação especial (manutenção)	387.028	409.120
Equipamentos	183.649	187.355

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos

Administradores e Acionistas da

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Itaquaquecetuba - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de junho de 2014, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 6 de novembro de 2014.

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Luiz C. Passetti Ezequiel Litvac

Contador CRC-1SP144343/O-3 Contador CRC-1SP-249186/O-5